

CGO-UNIDADE AVANÇADA DE ADMINIS. E FINANÇAS

Estudo Técnico Preliminar 12/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 02129.000179/2025-41

2. Descrição da necessidade

O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** tem como objetivo fundamentar a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de suporte operacional, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e ferramentas necessários a serem executados na Unidade de Conservação NGI Brasília Contagem e APA Planalto Central, vinculada à Gerência Regional 3 (GR3) - Centro-Oeste, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

A legislação aplicável à contratação encontra amparo na Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010 conjunta à Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

A contratação de serviços de execução direta e indireta pela Administração Pública Federal iniciou sua jornada com o Decreto nº 2.926, de 14 de maio de 1862 (definia quanto aos prazos para apresentação das propostas, entre outras). Depois vieram os Decretos nº 4.536/1922, o Decreto nº 200/67 e o Decreto-Lei nº 2.300/1986, anteriores a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Com os estudos legislativos e jurídicos à respeito do tema, a Constituição Federal de 1988 trouxe novos paradigmas para a Administração Pública que fundamentam todo o sistema de contratações públicas. Em seu artigo 37, inciso XXI diz:

"Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de *legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência* e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante *processo de licitação pública* que assegure *igualdade de condições* a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam *obrigações de pagamento*, mantidas as *condições efetivas da proposta*, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Sendo considerados os princípios do *caput* deste artigo, serviços terceirizados devem ser contratados através do processo de licitação pública - sendo ressalvados os casos específicos na legislação. Neste íterim, acrescentam-se os princípios basilares da licitação assegurando: igualdade de condições a todos os concorrentes, obrigações de pagamento (como por exemplo, prazo para apresentação da proposta, prazo para entrega da proposta, condições do objeto que afetam a real satisfação do interesse público, sendo entregue em tempo hábil), mantendo as condições efetivas da proposta (após definidas; durante o contrato), nos termos da legislação vigente.

Ainda durante a execução dos contratos, o § 6º do mesmo artigo procura balizar a relação jurídica entre agentes, primando pela responsabilização proporcional ao dano que causarem a terceiros na incumbência do cargo, assegurado o direito de regresso, independente de dolo ou culpa. Vejamos:

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Fica evidente a preocupação do legislador em pensar antecipadamente sobre todos os aspectos contratuais, utilizando-se de todo aparato técnico e legal para a devida consecução do objeto. Para isto, nossa Constituição abriu caminho para uma lei de licitações, anteriormente sendo utilizada a lei nº 8.666/93 e posteriormente sendo revogada pela lei nº 14.133/21 - que é um conjuntura de outras leis com a lei 8.666/93, como a lei 10.520/2002, lei 12.462/2011, lei 9.507/18, decreto 10.024/2019, decreto 10.947/22, e afins.

Atualmente, a contratação de serviços a serem executados indiretamente pela Administração Pública no âmbito federal está prevista na Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que assim estabelecem:

Portaria MPDG n.º 443, de 27 de dezembro de 2018.

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;

[...]

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;

[...]

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto n.º 9.507, de 2018."

A contratação proposta destina-se à realização de atividades administrativas acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos da área de competência legal da Administração, para que esta consiga atingir as metas e objetivos estratégicos em suas ações finalísticas, bem como melhorar o desempenho das atividades diárias, constituindo-se em uma alternativa indispensável para a melhoria da gestão administrativa.

Os serviços terceirizados não são inerentes às atribuições dos cargos do quadro efetivo de servidores da Contratante. Contudo, esses serviços não podem sofrer interrupção sob pena de comprometimento da continuidade das atividades da Administração, como preconiza o princípio da continuidade dos serviços públicos.

A execução indireta dos serviços terceirizados por meio da contratação de empresa especializada permitirá à Contratante continuar sua atuação dinâmica, na medida em que possibilitará que seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, no que diz respeito às atividades de planejamento, coordenação, fiscalização e controle, sem terem que se ocupar com elementos de cunho operacional e auxiliar, nem tampouco com a realização de atividades secundárias, embora essenciais, dispondo-os de maior capacidade de resposta às demandas ambientais da sociedade brasileira, nos termos da Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007:

Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

"Art. 1º Fica criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas."

A Administração Pública, em conformidade com o Princípio Constitucional da Eficiência, deve garantir a qualidade total na execução das atividades sob sua responsabilidade, o que inclui as atividades administrativas acessórias, instrumentais ou complementares, tanto em seus serviços prestados diretamente para a coletividade quanto nos domínios internos de suas atividades.

A contratação se faz essencial ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e as atividades administrativas propostas não estão compreendidas nas vedações elencadas no Art. 3º do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018.

Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado."

O Parque Nacional de Brasília recebe anualmente aproximadamente 250 mil visitantes, possuindo cerca de 250 a 300 Km de estradas e aceiros internos. Oferece como principal atração duas piscinas naturais: Piscina Pedreira e Piscina Areal. Dispõe ainda de duas trilhas de pequena a média dificuldade: a Capivara com uma extensão de 1,3 km e a Cristal Água com extensão de 5 km a 15 km, bem como a trilha União para acesso com bicicleta totalizando aproximadamente 136 km de trilhas contínuas e sinalizadas. Além de possuir diversas áreas edificadas, ressalta-se que o Parque fica aberto à visitação todos os dias, tratando-se de recebimento de escolas de ensino fundamental, médio e técnico, além de instituições superiores de ensino, pesquisa e extensão, que buscam a Unidade para atividades de ensino (aulas práticas de campo), educação ambiental e pesquisa, além do público em geral que busca na Unidade um contato com a natureza, atividades de lazer, esportes e ecoturismo.

A APA do Planalto Central é uma Unidade de Conservação do tipo Uso Sustentável. A APA do Planalto Central abrange cerca de 500 mil hectares nos municípios de Padre Bernardo e Planaltina e cerca de 75% da área do Distrito Federal. Com intuito de apoiar o uso público da Unidade de Conservação, a marcenaria da APAPC, montada com recursos de conversão de multas e com bens apreendidos em favor da Administração Ambiental, confecciona anualmente centenas de placas e demais equipamentos para o Uso Público das Unidades de Conservação do Distrito Federal e entorno próximo. Foram confeccionadas mesas, bancos, pontes, mirantes, dentre outras estruturas. Tais atividades estão além das capacidades dos servidores lotados na Unidade, sendo necessária a contratação de marceneiro e de ajudante para o mesmo, haja vista a quantidade de pedidos e a constante necessidade de reformas e melhorias nas estruturas e placas já instaladas.

Nesse contexto, mostra-se imprescindível a contratação de profissionais especializados para prestação de serviços contínuos de manutenção das áreas de visitação, edificações e a grande extensão de estradas e aceiros internos e dos limites das Unidades, de modo a garantir o adequado funcionamento das referidas Unidades de Conservação e o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Lei nº 9.985/2000 (SNUC).

Para que os serviços sejam totalmente prestados serão necessários os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios apropriados para cada função/atividade.

A presente contratação visa substituir o Contrato nº 13/2021 atualmente em vigor (SEI nº 8985428– Processo nº 02128.000158/2020-21), com vigência até 17 de junho de 2026, conforme Termo Aditivo (SEI nº 021540081). Nesta contratação, os postos de trabalho para manutenção das áreas das Unidades de Conservação supracitadas são: 01 bombeiro hidráulico, 01 eletricista, 01 pedreiro, 02 marceneiros, 01 operador de máquinas/tratorista, 01 pintor e 01 serralheiro.

Para a nova contratação, inicialmente, foi solicitado pelas Áreas Demandantes a contratação dos seguintes profissionais: 03 artífices de manutenção; 01 bombeiro hidráulico; 02 marceneiros; 01 operador de máquinas /tratorista; 01 eletricista de alta e baixa tensão; 01 encarregado e 01 auxiliar de serviços gerais, com o objetivo de garantir a adequada manutenção da área de uso público do Parque.

Entretanto, a ampliação do quantitativo de postos de trabalho em comparação ao quantitativo relacionado no contrato vigente elevaria significativamente o valor estimado do contrato. Diante disso, a DILOC/COAGR3, em conjunto com as Unidades de Conservação interessadas, buscou alternativas para viabilizar o atendimento do pleito de maneira

eficiente. Como solução pactuada em reunião, optou-se por manter o quantitativo de postos de trabalho do contrato vigente (08 postos de trabalho), promovendo ajustes na composição das funções, restando definida da seguinte forma: 01 bombeiro hidráulico, 01 eletricitista, 01 operador de máquinas, 01 encarregado de turma de manutenção e reparos, 01 marceneiro, 01 ajudante de manutenção e 02 artífices de manutenção.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NGI Brasília Contagem	Larissa Moura Diehl
APA Planalto Central	Samuel Coelho Rodrigues

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 As atividades e os perfis profissionais discriminados abaixo estão diretamente relacionados à necessidade dos serviços demandados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a forma de execução pretendida por esta Autarquia, conforme descrição sumária.

4.2 Os serviços serão executados por profissionais dentro da abrangência e das atividades inseridas no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO).

4.3 Os trabalhadores deverão ser contratados de acordo com a legislação trabalhista e as disposições constantes em Convenções Coletivas de Trabalho - CLT, celebrados entre entidades sindicais (devidamente registradas na Secretaria Especial do Trabalho do Ministério da Economia), e qualificado conforme o perfil profissional de cada posto de trabalho.

4.4 A CONTRATADA deverá atender às normas sobre segurança no trabalho e providenciar eventuais seguros exigidos por lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, direta ou indiretamente, nos serviços contratados.

4.5. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente, no que se refere aos trabalhadores alocados para a prestação dos serviços contratados.

4.6. Por se tratar de serviços de natureza continuada, cuja interrupção poderá prejudicar as atividades da Contratante, o prazo de vigência dever ser de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vigência máxima de 10 (dez) anos, em conformidade com o prescrito no art. 106 e no art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.7. Será nula, sem qualquer indenização, as contratações ou subcontratações de empresas em que:

4.7.1. Haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco, até o colateral de quarto grau e ascendentes e descendentes em qualquer grau, com detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação ou com autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

4.7.2. Haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil, com autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

4.8 São requisitos específicos e descrições de trabalho para os colaboradores da contratação:

4.8.1 Bombeiro Hidráulico (CBO/MTE 7241-10): Os serviços consistem na manutenção das edificações e instalações do Parque Nacional de Brasília/DF e tem como principais atividades, entre outras a manutenção preventiva e corretiva das instalações hidráulicas de água e esgoto, verificação e vistoria, realizando serviços de reparos, substituição de encanamentos e conexões, realizando instalações de aquecedores em conjunto com o eletricitista. Organiza o trabalho, interpreta as ordens de serviço, especifica e fornece, por sua empresa, os materiais a

serem utilizados na obra, calcula os materiais a serem utilizados nos serviços, prepara o local de trabalho, seleciona ferramentas, equipamentos de trabalho e de segurança.

4.8.2 Operador de Trator (CBO/MTE 6410-15): Os serviços consistem na execução de atividades específicas da categoria como operar tratores, máquinas niveladoras, pás carregadeiras, retroescavadeiras, motosserras, roçadeiras e outras máquinas assemelhadas, compreendendo dentre outras correlatas as seguintes atribuições: operar trator /microtrator na roçagem de estradas, gramados, manutenção e confecção de aceiros e outros, compreendendo em linhas gerais atribuições de um operador de máquinas; operar máquinas de propriedade do ICMBio; manter as máquinas sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento; comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com as máquinas sob sua responsabilidade; permanecer durante a jornada de trabalho à disposição da Administração do NGI Brasília Contagem, no local onde lhe for determinado; manter-se no serviço, não devendo afastar-se de seus afazeres para atendimento de chamados diversos e/ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros ou pessoas não autorizadas pela Administração do NGI Brasília Contagem; abster-se de executar quaisquer outras atividades no horário de trabalho durante a condução do veículo ou máquina em serviço, para os quais foi incumbido pela área responsável da Administração do NGI Brasília Contagem. Exige-se do profissional Ensino Fundamental completo ou incompleto e experiência de 06 (seis) meses, assim como pontualidade no atendimento às solicitações para execução de tarefas que lhe forem confiadas e manter urbanidade no trato com servidores do NGI Brasília Contagem e público em geral.

4.8.3 Eletricista de Alta e Baixa Tensão (CBO/MTE 7321-20): Os serviços consistem na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos elétricos e eletrônicos do NGI Brasília Contagem, promovendo a substituição de fiação e demais componentes elétricos das redes internas e externas; realizar testes em imóveis do NGI Brasília Contagem, garantindo a segurança ativa e passiva do sistema; realizar vistoria mensal nas redes elétricas dos imóveis do NGI Brasília Contagem que não operem ou venham a operar sob concessão, salvo residências funcionais de servidores para verificação de higidez das estruturas elétricas; substituir componentes avariados, defeituosos e de insuficiência de aplicação e uso adequado; substituir lâmpadas, instalar padrões de energia, tomadas, luminárias, postes e demais atividades correlatas. Exige-se do profissional Ensino Fundamental Completo e experiência de 06 (seis) meses, assim como capacidade de comunicação com desenvoltura e cordialidade.

4.8.3 Artífice de Manutenção (CBO/MTE 5143-25): Responsável por realizar serviços auxiliares de manutenção, reparos e pequenas obras em ambientes diversos, como corporativos ou residenciais. Esta função envolve tanto atividades de rotina quanto trabalhos mais específicos, utilizando ferramentas e habilidades em áreas como pintura, encanamento, alvenaria, serralheria, carpintaria, elétrica e até mesmo operação de máquinas.

4.8.4 Encarregado (CBO/MTE 3131-15): O posto de Encarregado desempenha um papel central na gestão e coordenação das atividades da equipe de manutenção, visando garantir a qualidade e o cumprimento das demandas. As atribuições compreendem o planejamento diário das tarefas, a eficiente alocação de recursos (mão de obra, materiais e equipamentos) e a distribuição e supervisão dos serviços para assegurar a conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e prazos estabelecidos. Adicionalmente, o Encarregado é responsável pela gestão da equipe, o que inclui a coordenação, orientação e acompanhamento do desempenho dos profissionais, além da promoção da organização e disciplina, e a resolução de problemas operacionais ou de pessoal. Atua como ponto focal de comunicação entre a equipe e o fiscal setorial do ICMBio, bem como com a administração da Contratante, reportando o andamento dos trabalhos, comunicando necessidades, esclarecendo dúvidas e transmitindo informações relevantes. Por fim, auxilia no controle de materiais e equipamentos e assegura o cumprimento das normas de segurança do trabalho e o uso adequado de EPIs, zelando pela integridade dos colaboradores e das instalações.

4.8.5 Marceneiro (CBO/MTE 7711-05): Os serviços consistem basicamente na execução de atividades de manutenção de bens móveis, compreendendo em linhas gerais as seguintes atribuições: efetuar montagem, desmontagem e remanejamento de divisórias e armários modulados; efetuar ajustes e nivelamento de portas, janelas, maçanetas, fechaduras e ferragens; efetuar a manutenção e consertos dos móveis em geral; proceder a manutenção de armários, de trilhas e de locais de uso público, equipamentos de apoio à visitação pública; eventualmente confeccionar móveis e objetos correlatos. Exige-se do profissional Ensino Fundamental Completo ou incompleto e experiência de 06 (seis) meses, assim como capacidade de comunicação com desenvoltura e cordialidade.

4.8.6 Ajudante Geral de Manutenção e Reparos (CBO/MTE 9113-05): Os serviços consistem na assistência às atividades realizadas pelo marceneiro da Unidade APA Planalto Central; organização e preparação do local de

trabalho; retirada de dejetos após a finalização dos serviços; permanecer durante a jornada de trabalho à disposição da Administração do APA Planalto Central, no local onde lhe for determinado; manter-se no serviço, não devendo afastar-se de seus afazeres para atendimento de chamados diversos e/ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros ou pessoas não autorizadas pela Administração do APA Planalto Central; abster-se de executar quaisquer outras atividades no horário de trabalho.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram analisadas contratações similares feitas no ICMBio e também por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

5.2 Para a contratação em tela, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante a que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

5.3 Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

5.4 A Administração utilizou o método estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021:

Instrução Normativa nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente."

[...]

5.5 A Administração detalhou os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços a partir do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, conforme estabelece a IN SEGES/MPDG Nº 05/2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022:

2. São diretrizes específicas a cada elemento do Termo de Referência ou Projeto Básico:

(...)

2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

5.6 Para a definição e composição dos módulos referentes ao salário e aos benefícios mensais, foram rubricados segundo o estabelecido em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, sentença normativa ou lei da respectiva base territorial da prestação dos serviços (CCT utilizada como referência para estimativa desta contratação: DF000042/2025 - 2025/2026); já as rubricas dos módulos referentes aos custos indiretos e lucros estão conforme o Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça (2020).

Grupo	Item	Categoria Profissional	Unidade	Quantidade	Salário	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Mensal Máximo Aceitável	Valor Anual Máximo Aceitável
1	1	Bombeiro Hidráulico	NGI Brasília Contagem	1	R\$ 2.574,37	R\$ 8.554,30	R\$ 8.554,30	R\$ 102.651,60
	2	Operador de Trator		1	R\$ 2.231,19	R\$ 7.745,90	R\$ 7.745,90	R\$ 92.950,80
	3	Eletricista de Alta e Baixa Tensão		1	R\$ 2.574,37	R\$ 8.550,42	R\$ 8.550,42	R\$ 102.605,04
	4	Artífice de Manutenção		2	R\$ 2.574,37	R\$ 8.765,67	R\$ 17.531,34	R\$ 210.376,08
	5	Encarregado		1	R\$ 3.383,50	R\$ 11.046,78	R\$ 11.046,78	R\$ 132.561,36
	6	Marceneiro	APA Planalto Central	1	R\$ 2.574,37	R\$ 8.145,26	R\$ 8.145,26	R\$ 97.743,12
	7	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos		1	R\$ 1.743,69	R\$ 6.758,58	R\$ 6.758,58	R\$ 81.102,96
VALOR GLOBAL ESTIMADO							R\$ 68.332,58	R\$ 819.990,96

5.7 Na estimativa de custos mensal dos uniformes, materiais, equipamentos e insumos, o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços considerou pesquisa de mercado de cada item por meio de dados de pesquisa publicada em mídia especializada. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos preços dentro do desvio médio de 30%, e na mediana daqueles acima desta variância. Posteriormente foram feitos ajustes na planilha de custos para atualização dos preços de agosto de 2025 até fevereiro de 2026, conforme índice IPCA. Não houveram preços a serem desconsiderados. Cabe ressaltar que as tubulações e conexões devem ser de primeira linha, visto a quantidade de pessoas a serem atendidas nas visitas do Parque Nacional de Brasília, exigindo uma boa infraestrutura.

5.8 O memorial de cálculo para o submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais da Planilha de Custos e Formação de Preços - está apresentado na tabela a seguir:

Substituto Ausências Legais	Memorial de Cálculo	Fundamento
Substituto na cobertura de Férias	0,00%	Para o Submódulo 2.1 da planilha de custos – Férias e Adicional de Férias, foi considerado o percentual de 12,10%, destinado à provisão de férias e do respectivo adicional constitucional (1/3), contemplando tanto o profissional titular quanto o substituto. Dessa forma, não se faz necessária a inclusão de qualquer percentual na alínea “A – Substituto na cobertura de férias”, do Submódulo 4.1 da mesma planilha, evitando-se, assim, a sobreposição de custos.
Substituto na cobertura de Ausências por Doença	$\{[(5,96/30)/12] \times 100\} = 1,66\% \times BC$	Estimativa de 5,96 ausências por ano, com 100% de ocorrência (Fundação Instituto de Administração e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.)
Substituto na cobertura de Ausências Legais	$\{[(1/30)/12] \times 100\} = 0,277\% \times BC$	Art. 473 da CLT. Estimativa de 1 ausência por ano, com 100% de ocorrência (Manual de Preenchimento do Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços do STJ)
Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	$\{[(5/30)/12] \times 0,015\} \times 100 = 0,02\% \times BC$	(Art. 7º, XIX, CFRB c/c art. 10, §1º. Estimativa de 1,5% dos funcionários usufruindo 5 dias da licença por ano (Manual de Preenchimento do Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços do STJ)
Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	$\{[(15/30)/12] \times 0,0178\} \times 100 = 0,074\% \times BC$	Art. 19 a 23 da Lei 8.213/91, ART. 473, CLT Estimativa de 1 licença de 15 dias por ano para 1,78% dos funcionários (Manual de Preenchimento do Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços do STJ)
Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	$((1/12) + ((1/12) \times (1/3))) \times (120/30) \times (1/12) \times 5,28\% = 0,1955\% \times BC$	Art. 7º, VIII, CF/88, Art. 392, CLT e Lei 11.770/2008. Estimativa de 120 dias de licença para uma ocorrência estimada de 5,28% (Manual de Preenchimento do Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços do STJ)

5.9 Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 O objeto será a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de Suporte Operacional, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e ferramentas necessários a serem executados na Unidade de Conservação NGI Brasília Contagem e APA Planalto Central, vinculadas à Gerência Regional 3 (GR3) - Centro-Oeste, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

6.2 Os serviços serão executados durante o horário de funcionamento do ICMBio, das 7h às 19h, intercalando-se o intervalo de refeição e descanso de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas. Em eventuais emergências ou situações excepcionais serão feitas horas extras que serão compensadas por banco de horas, conforme consta na Convenção paradigma desta contratação, mais especificamente na Cláusula Quadragésima Parágrafo Segundo - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DF000042/2025.

6.3 A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais durante os 7 dias da semana, independentemente de finais de semana e feriados. Conforme a mesma Cláusula Quadragésima Parágrafo Segundo da Convenção paradigma os expedientes de domingos e feriados deverão ser compensados por banco de horas.

6.4 Haverá flexibilidade de horários com a devida anuência entre os colaboradores e a contratada. A escala de horários dos funcionários que prestarão serviços para a Administração será organizada pela Contratada, e estará à critério da Contratante, para melhor atender às necessidades das UCs, respeitadas as jornadas de trabalho e período acima estipulado.

6.5 A folga não deverá necessariamente ser feita ao mesmo tempo entre todos os colaboradores, devendo-se respeitar o intervalo inter-jornada de 11 horas (artigo 66 da CLT) e o Descanso Semanal Remunerado (artigo 67 da CLT).

6.6 Poderá, a critério da Contratante, haver alteração nos dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que a Contratada seja comunicada com antecedência para que sejam adotadas as devidas providências, devendo estar preparada para atendimento em situações contingenciais.

6.7 Caso haja necessidade de horas-extras elas não serão remuneradas, apenas compensadas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias e com anuência da Contratante, conforme Cláusula Quadragésima Parágrafo Primeiro da Convenção paradigma.

6.8 Os serviços serão executados conforme divisão de postos de trabalho descrita no item 5.6 deste Estudo e nas seguintes localidades:

6.8.1 **NGI Brasília Contagem:** BR 450 (EPIA Norte), km 8,5, Portão de Serviço - Bairro Zona Industrial, Brasília - CEP 70635-800;

6.8.2 **APA Planalto Central:** Rodovia BR 450 km 8,5 via EPIA, Brasília - CEP 70635-800.

6.9 Os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços, como auxílio alimentação, auxílio transporte, tributos e encargos, deverão seguir o que está estabelecido em acordo, convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei da respectiva base territorial da prestação dos serviços.

6.10 Os valores relativos a ausência de cobertura do posto de trabalho serão glosados do faturamento mensal da contratada, dividindo-se o valor mensal do posto de trabalho pelos dias úteis do respectivo mês e multiplicando-se esse resultado pela soma dos dias da ausência de cobertura, mantendo integralmente os custos de insumos diversos da Planilha de Custos e Formação de Preços, desde que tenham sido entregues integralmente pela contratada no respectivo mês. Esta mesma regra, da proporcionalidade, se aplica na falta da entrega dos materiais, insumos e afins.

6.11 A Contratada deverá sempre se atentar ao ordenamento jurídico vigente, não podendo se justificar pelo desconhecimento da lei.

6.12 O início da execução dos serviços se dará da seguinte forma:

6.12.1 dentro da data definida na ordem de serviço, após sua assinatura.

6.12.2 A contagem dos prazos para início da execução dos serviços se dará a partir da data estabelecida na ordem de serviço. O início da vigência do contrato será à partir da assinatura do contrato.

6.13 Os deveres e disciplina dos prestadores de serviço são o seguinte:

6.13.1 cumprir todas as normas disciplinadoras durante a jornada de trabalho e determinações legais emanadas da Contratante;

6.13.2 manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

6.13.3 deixar o posto de trabalho somente após o encerramento de seu serviço, salvo em situações de absoluta necessidade;

6.13.4 comunicar, com antecedência, ao preposto da Contratada a necessidade de faltar ao serviço, por motivo de saúde ou força maior;

6.13.5 acatar as orientações do preposto da Contratada;

6.13.6 tratar todos os servidores, colaboradores da Contratante, colegas de trabalho e o público em geral com educação, urbanidade, presteza e atenção;

6.13.7 comunicar imediatamente aos fiscais do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, e que possa vir a representar risco à segurança do ICMBio, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

6.13.8 não contatar verbal ou por escrito qualquer autoridade ou servidores da Contratante para tratar de assuntos atinentes ao Contrato, o que deve ser feito direta e exclusivamente ao preposto da Contratada;

6.13.9 não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas, servidores ou prestadores de serviços;

6.13.10 desenvolver todas as atividades inerentes a sua área de responsabilidade, de acordo com as necessidades do serviço;

6.13.11 abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos no Termo de Referência, durante o período em que estiver prestando os serviços;

6.13.12 guardar sigilo das informações relacionadas ao serviço; e

6.13.13 atender, de pronto imediato, as determinações emanadas da Contratante.

6.14 O presente certame permitirá ao Parque Nacional de Brasília se precaver com a continuidade dos serviços profissionais já elencados anteriormente, os quais se demonstram essenciais para a manutenção das atividades político-institucionais do Órgão, possibilitando, inclusive, que as demandas sejam atendidas em tempo hábil, sem que haja deterioração das estruturas pertencentes à UC e, ainda, sem que para isso haja o dispêndio de verbas públicas com a contratação de demandas isoladas e repetitivas, que, certamente caracterizariam o parcelamento de atividades continuadas, que é, claramente, uma afronta às práticas administrativas pátrias consignadas na legislação aplicável à matéria.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram estimadas de acordo com a demanda necessária e vigente da Administração, discriminadas abaixo:

NGI BRASÍLIA CONTAGEM - BRASÍLIA/DF	
Categoria Profissional	Quantidade de Postos

Bombeiro Hidráulico	01
Operador de Trator	01
Eletricista de Alta e Baixa Tensão	01
Artífice de Manutenção	02
Encarregado	01
TOTAL DE POSTOS DE SERVIÇOS:	06

APA PLANALTO CENTRAL - BRASÍLIA/DF	
Categoria profissional	Quantidade de Postos
Marceneiro	01
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	01
TOTAL DE POSTOS DE SERVIÇOS:	02

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 819.990,96

8.1 O valor global estimado da contratação é de **R\$ 836.081,76 (oitocentos e trinta e seis mil oitenta e um reais e setenta e seis centavos)**, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Categoria Profissional	Unidade	Quantidade	Remuneração	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Mensal Máximo Aceitável	Valor Anual Máximo Aceitável
1	1	Bombeiro Hidráulico	NGI Brasília Contagem	1	R\$ 2.574,37	R\$ 8.554,30	R\$ 8.554,30	R\$ 102.651,60
	2	Operador de Trator		1	R\$ 2.231,19	R\$ 7.745,90	R\$ 7.745,90	R\$ 92.950,80
	3	Eletricista de Alta e Baixa Tensão		1	R\$ 2.574,37	R\$ 8.550,42	R\$ 8.550,42	R\$ 102.605,04
	4	Artífice de Manutenção		2	R\$ 2.574,37	R\$ 8.765,67	R\$ 17.531,34	R\$ 210.376,08

	5	Encarregado	APA Planalto Central	1	R\$ 3.383,50	R\$ 11.046,78	R\$ 11.046,78	R\$ 132.561,36
	6	Marceneiro		1	R\$ 2.574,37	R\$ 8.145,26	R\$ 8.145,26	R\$ 97.743,12
	7	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos		1	R\$ 1.743,69	R\$ 6.758,58	R\$ 6.758,58	R\$ 81.102,96
VALOR GLOBAL ESTIMADO							R\$ 68.332,58	R\$ 819.990,96

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A equipe de planejamento da contratação considerou o seguinte pressuposto para não haver parcelamento da contratação:

9.1.1 eficiência administrativa: evitar a segmentação de contratos com natureza similar, permitindo a concentração das atividades de fiscalização em um único contrato, uma vez que simplifica a gestão e permite um melhor monitoramento dos resultados e cumprimento das obrigações contratuais, proporcionando uma economia processual significativa;

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 O processo sob o SEI nº 02128.000158/2020-21 refere-se ao contrato vigente em que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar está sendo executado.

10.2 Não existem Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, sendo considerada crítica, de médio impacto, para as atividades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

11.2 O processo de planejamento da contratação (e os documentos pertinentes) é ostensivo e aberto ao público de acordo com o estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os resultados que se pretende atingir são intrinsecamente ligados à manutenção dos serviços hoje prestados pelo objeto do Processo nº 02128.000158/2020-21, que está em vias de chegar a termo, sem que para tal haja o desabastecimento das atividades que se demonstram estritamente necessárias à política institucional de conservação da biodiversidade.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias atividades de adequação do ambiente da Contratante pois todas as instalações estão devidamente preparadas para que o serviço seja executado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os serviços serão executados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 11, inciso IV e parágrafo único, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2 A Contratada deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

14.3 A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

14.4 E, com vistas à efetiva aplicação dos critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação da Administração Pública, a empresa licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, que deverá estar anexa à proposta de preços, sob pena de recusa desta.

14.5 Ainda assim, a empresa licitante vencedora deverá adotar, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais no desempenho de suas atividades:

14.5.1 a otimização dos recursos materiais;

14.5.2 a redução de desperdícios e o consumo consciente de energia e água e outros recursos;

14.5.3 instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, em especial aos recipientes adequados para coleta seletiva, disponibilizados nas dependências da Administração.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de serviço comum e disponível em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MONNIQUE CARDOSO PEREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 08:32:16.

GABRIEL NOGUEIRA DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:28:17.

CARLOS JOSE MACEDO MAIA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 08:02:51.